

ENVELHECIMENTO E CIDADES INTELIGENTES: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE MARINGÁ – PR

Sabrina Aline da Silva Tunes (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Terezinha Oliveira (Orientadora). E-mail: sabrinaallinetunes@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Educação/ Filosofia da Educação

Palavras-chave: Cidades inteligentes; Inclusão Digital; Pessoa Idosa.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a contribuição da UNATI/UEM na inserção da pessoa idosa, na esfera pública municipal, considerando a inclusão digital como chave para o acesso à cidade inteligente. Nossa motivação vem da participação de um projeto de pesquisa de caráter quanti-qualitativa intitulado “Educação, meio ambiente e população idosa: contribuições para uma cidade inteligente”, que buscou compreender os hábitos e atitudes da população idosa maringaense em relação a vários aspectos da vida cidadina. Neste estudo, partimos das formulações sobre cidadania de Aristóteles (384 – 322 a.C.) na obra Política, o qual conceitua o cidadão integral como aquele que tem o direito de administrar e exercer funções públicas. Para refletir acerca do papel social da pessoa idosa e a importância de assegurar sua permanência na esfera pública, seguimos conceitos de memória e velhice, presentes na obra Memória e sociedade: lembranças de velhos de Ecléa Bosi (1936 – 2017). Cabe evidenciar que esta pesquisa seguiu os pressupostos teóricos da história social e longa duração propalados por Le Goff (1924-2014) e Fernand Braudel (1902-1985) os quais propalam que o objeto do estudo histórico é o homem na sociedade e no tempo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa ao nível de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-FA), integrou o estudo *Educação, meio ambiente e população idosa: contribuições para uma cidade inteligente* (Processo nº 908/2022 - SGP), no qual participei entre novembro de 2022 e abril de 2024. O objetivo foi analisar e compreender de que maneira o nível de escolaridade influencia nos comportamentos, hábitos e atitudes da população idosa de Maringá, e ainda subsidiar políticas públicas voltadas a essa faixa etária. Assim, essa pesquisa deu continuidade a outras investigações de Iniciação Científica, intitulados *Pessoa idosa, resiliência e cidades inteligentes: uma análise da cidade de Maringá-PR* (Processo nº 371/2023), que discutiu a adequação do município às recomendações da Carta para as Cidades Inteligentes (2020), bem como os estudos *A relevância dos estudos na formação da Terceira Idade: um estudo da legislação*

no Brasil (Processo nº 1202/2022) e *A influência do pensamento aristotélico na educação para a vida pública na Terceira Idade* (Processo n.º 1463/2021). Esses trabalhos anteriores demonstraram que a educação é uma prática social fundamental para a pessoa idosa exercer plenamente sua cidadania e desenvolver suas potencialidades (Cahioni; Neri, 2004).

O atual estudo buscou compreender em que medida o município de Maringá acolhe a população idosa, quanto à inclusão digital e ao acesso à Cidade Inteligente, fundamentando-se no conceito aristotélico de cidadania como direito de participar da vida pública e na interpretação de Hannah Arendt (2007), que reforça a ideia do ser humano como um ser social cuja existência se concretiza na esfera pública.

Nesse cenário, emerge a reflexão de Bosi (2012) acerca da memória na velhice, que assume novo papel ao preservar e transmitir histórias e aprendizados às gerações mais jovens, tornando os idosos guardiões da memória familiar e social. A memória, ao conectá-los a outras épocas, fortalece o sentimento de pertencimento e valoriza sua trajetória, especialmente porque o trabalho, presente tanto na dimensão subjetiva quanto na realidade objetiva do sistema capitalista, confere sentido à vida (Bosi, 2012).

Ao reconhecer esse valor, iniciativas como as da UNATI/UEM, em Maringá, tornam-se fundamentais ao promover o letramento digital e oferecer cursos que estimulam cidadania, dignidade e resiliência, contribuindo para a emancipação social da pessoa idosa. Considerando o direito legal ao acesso à educação, cultura e lazer (Brasil, 2022, Art. 20), o letramento digital mostra-se essencial para a participação nas Cidades Inteligentes, assegurando a condição de cidadão segundo a perspectiva aristotélica. Assim, a pesquisa analisou, com base nos resultados de Oliveira et al., os mecanismos de inclusão digital e o papel da UNATI/UEM na inserção da pessoa idosa na esfera pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido a partir da análise dos resultados da pesquisa *Educação, meio ambiente e população idosa: contribuições para uma cidade inteligente* (Processo nº 908/2022 - SGP). Foram examinados documentos oficiais, como a *Carta Brasileira de Cidades Inteligentes* (2020) e a *Agenda 2030*, além das reflexões de Aristóteles na obra *Política* sobre cidadania e educação, de Ecléa Bosi acerca da memória e do papel social da velhice na obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (2012), e das contribuições de Le Goff e Fernand Braudel sobre história social e longa duração nas obras *História e Memória* (2003) e *História e Ciências Sociais: a longa duração* (1990).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes* (2020), Cidades Inteligentes colocam as pessoas no centro do desenvolvimento e promovem a participação cidadã. Logo, para serem inclusivas, precisam considerar as especificidades do envelhecimento, requerendo políticas de letramento tecnológico, interfaces

acessíveis e programas formativos que ampliem a autonomia, a comunicação e o exercício da cidadania (Alvarenga; Yassud; Cachioni, 2019).

A promoção da intergeracionalidade e da inclusão digital da pessoa idosa é basilar para fortalecer vínculos sociais, combater o etarismo e assegurar a participação nas Cidades Inteligentes. O convívio entre gerações favorece a troca de saberes, o resgate da memória coletiva e a valorização da velhice como etapa ativa da vida (Bosi, 2012). Concomitantemente, a inclusão digital garante autonomia, cidadania e acesso igualitário às dinâmicas sociais, políticas e culturais. Contudo, muitos idosos ainda enfrentam barreiras relacionadas ao acesso e ao domínio das tecnologias, devido à falta de políticas públicas eficazes que promovam o letramento digital de forma acessível e contínua. Por essa razão, a alfabetização e o letramento digital devem ser reconhecidos como direitos fundamentais, embora ainda haja lacunas em pesquisas sobre metodologias de ensino para idosos (Cachioni *et al.*, 2019), exigindo estratégias pedagógicas que respeitem seu ritmo e particularidades.

Ao pensar em cidadania, frequentemente nos voltamos à participação ativa no espaço público, à busca por reconhecimento e à construção de uma vida plena em sociedade. Porém, o envelhecimento ainda é cercado por desafios que ameaçam o protagonismo da pessoa idosa, sustentados por uma visão equivocada que associa valor social à produtividade e à juventude. Para Aristóteles, ser cidadão é exercer plenamente a capacidade de julgar e agir em prol do bem comum. O filósofo defende que a cidade é um espaço de ação e discurso indispensável ao desenvolvimento humano, logo, impedir alguém de participar desses processos significa negar-lhe a cidadania. Assim, garantir o direito de ocupar e se expressar nos espaços públicos é promover dignidade, fortalecer a convivência comunitária e reafirmar que o exercício da cidadania não se restringe à juventude.

Sob esse olhar, as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs) é um espaço que permite que a pessoa idosa seja vista, ouvida e valorizada por sua experiência e sabedoria. Além disso, democratizam o acesso ao conhecimento, ao não exigir escolaridade mínima, e oferecem cursos que favorecem o desenvolvimento pessoal, a reinserção social e a reivindicação de direitos (Cachioni; Neri, 2004). À luz da concepção aristotélica de cidadania, a educação assume papel central nesse processo, possibilitando que o idoso acompanhe as transformações da sociedade contemporânea e participe ativamente da vida pública.

Considerando que o ser humano é, segundo Aristóteles, um animal político — cuja natureza se realiza plenamente na vida em comunidade —, torna-se imprescindível que a pessoa idosa se mantenha atualizada e conectada com as transformações sociais. Isso assegura sua participação ativa na sociedade e contribui significativamente para seu bem-estar e para a construção da felicidade, entendida, no campo da política aristotélica, como o propósito último da vida em comum.

CONCLUSÕES

Consideramos que a educação ao longo da vida e inclusão digital são pilares para assegurar o exercício pleno da cidadania na velhice, principalmente na Cidade Inteligente. Sob a ótica da cidadania aristotélica, a educação deve ser compreendida

como um instrumento de empoderamento, capaz de garantir voz e ação no espaço público. A análise dos resultados da pesquisa de Oliveira *et al.* indica que, embora existam iniciativas promissoras na cidade de Maringá, como as promovidas pela UNATI/UEM — que ampliam as oportunidades de aprendizagem e participação comunitária dos idosos; os desafios persistem, especialmente em relação à inclusão digital e à mobilidade urbana nas áreas mais afastadas do centro. Em Maringá, as ações de inclusão digital ainda são pontuais e concentradas no centro, o que reforça a necessidade de políticas contínuas que contemplem os 16,76% da população (IBGE, 2022), em consonância com sua certificação de “Cidade Inteligente” e “Amiga da Pessoa Idosa”. Posto isto, o acesso às tecnologias configura-se como um direito social, possibilitando a participação ativa na vida da cidade e o acesso a serviços públicos e informações. Em síntese, a construção de cidades verdadeiramente inteligentes e inclusivas requer uma ação articulada entre governo, instituições de ensino superior, sociedade civil e setor privado, o que não acontece efetivamente na Cidade de Maringá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária a oportunidade de estudar um tema relevante com apoio financeiro. Agradeço ao Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM) e, especialmente, à minha orientadora, Terezinha Oliveira, por todo amparo, direcionamento e incentivo.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, G.; YASSUDA, M.; CACHIONI, M. Inclusão Digital Com Tablets Entre Idosos: Metodologia e Impacto Cognitivo. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa – PT, 20(2), 384-401, 2019.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. v. 1, 1253b.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- CACHIONI, M.; NERI, A. **Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade**. In: NERI, Anita L.; YASSUDA, Mônica S. (Org.). *Velhice bem-sucedida*. Campinas: Papirus; 2004. p. 29-49.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- OLIVEIRA, T. *et al.* **Educação, meio ambiente e população idosa**: contribuições para a organização de cidades inteligentes (Processo: 908/2022). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2024. 99 p. Relatório final.